



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
CONSEQUÊNCIAS NA DEFINIÇÃO DO PERFIL  
PROFISSIONAL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Evelin Melo Mintegui**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
CONSEQUÊNCIAS NA DEFINIÇÃO DO PERFIL  
PROFISSIONAL**

**por**

**Evelin Melo Mintegui**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade Federal  
de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título  
de  
**Especialista em Gestão em Arquivos**

**Orientadora: Glaucia Vieira Ramos Konrad**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
CONSEQUÊNCIAS NA DEFINIÇÃO DO PERFIL  
PROFISSIONAL**

elaborada por  
**Evelin Melo Mintegui**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão em Arquivos**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Fernanda Kieling Pedrazzi, Ms. (UFSM)**

**Olga Maria Correa Garcia, Ms. (UFSM)**

Santa Maria, 29 de outubro de 2011.

## Agradecimentos

Agradeço à minha família e que sempre me apoiaram, ainda que pra isso eu tenha que ter sacrificado o tempo de ficarmos juntos, que já é raro: minha mãe Nancy, minha tia-madrinha Elizabeth e minha irmã Jéssica. Aos amigos Carlos, Francis, Carlise e Letícia pela companhia e pelos risos, à Karina pela ajuda com a formatação. À atenciosa orientadora Glaucia. E especialmente para Bruno pelo incentivo e paciência, por não me deixar desistir. Sem ele não teria conseguido.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS NA DEFINIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL**

AUTORA: EVELIN MINTEGUI  
ORIENTADOR: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD  
Santa Maria, 29 de outubro de 2011.

O trabalho teve como objetivo relacionar a Arquivologia com a Ciência da Informação e suas consequências para as definições dos profissionais da área. Trata-se de pesquisa básica, de abordagem qualitativa, através de levantamento bibliográfico. Neste levantamento traçaram-se linhas teóricas dentro da Arquivística, bem como na Ciência da Informação. Conclui-se que estas podem relacionar-se de maneira lógica se o objeto da primeira for transferido do documento de arquivo ou informação orgânica para a informação social, bem como quando a Ciência da Informação for considerada mais do que a simples implementação de tecnologia àquilo que chamamos de Documentação. Se relacionadas desta forma, e não somente de forma institucional, poderia haver a integração entre os profissionais pela formação comum. Tal proposta enfrentaria as barreiras políticas organizadas por associações profissionais, bem como por fatores identitários.

Palavras-chave: Arquivística, Ciência da informação, Profissional da informação.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

### **ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS NA DEFINIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL**

(Archivistics And Information Science: Consequences on the Settings of Professional Profile)

AUTHOR: EVELIN MINTEGUI  
ADVISER: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD  
Santa Maria, October, 29, 2011.

The study aimed to relate the Archivistics and the Information Science as well its consequences for the definitions of the professionals. This is basic research, whit a qualitative approach, through a literature review. The literature review shows theoretical lines drawn within the Archives and Information Science. It is concluded that these may relate logically if the object of Archivists can be once transferred from the records or “organic information” to “social information”, as well as if Information Science can be considered more than just technology implementation into that discipline called Documentation. If connected this way, but not only institutionally, there could be integration between the common training for professionals. Such proposal would face political barriers organized by professional associations, as well as factors of identity.

Key-words: Archivistics. Information Science. Information professionals.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1 Problema de Pesquisa .....	9
1.2 Justificativa.....	9
1.3 Objetivos .....	10
1.3.1 Geral.....	10
1.3.2 Específicos .....	10
1.3.3 Opções terminológicas e apresentação do texto.....	10
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	12
<b>3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	14
3.1 “Born in the USA” .....	14
3.2 Informação e seus problemas de conceituação.....	16
3.3 Ciência da Informação no Brasil .....	18
3.4 Integração de campos dentro da CI.....	20
<b>4 ARQUIVÍSTICA</b> .....	24
4.1 Saber antigo, disciplina moderna .....	24
4.2 Arquivística Canadense.....	27
<b>5 CORRENTES TEÓRICAS E TIPOS DE PROFISSIONAL</b> .....	29
5.1 Identidade e sujeitos definidos .....	29
5.2 O profissional completo .....	31
5.3 Considerações sobre o profissionalismo .....	35
5.4 Invasão dos nossos galhos? .....	36
<b>CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	41

## 1 INTRODUÇÃO

Arquivistas, bibliotecários, documentalistas, museólogos, cientistas da informação. Durante o século XX viu-se tais áreas desenvolverem-se, assim como diversos esforços em separá-las nitidamente procurando marcos que dividissem bem seus espaços de atuação profissional. Associações e representações de classe apareceram e ajudaram a consolidar esses marcos. Legislações foram criadas, determinando barreiras para o exercício das profissões.

Entretanto, mudanças ocorreram. De diversos tipos e abrangendo campos diversos, mas especificamente neste caso, modificando a forma de produzir e utilizar a informação. A tecnologia transformou as relações e propiciou um novo entendimento dos objetos tratados pelas disciplinas antes mencionadas. Percebe-se uma reflexão epistemológica que resultou em mudanças paradigmáticas que inclusive propõem a discussão sobre o próprio objeto de estudo das disciplinas, o que afeta as práticas profissionais. Esta é uma ideia que foi tomada como premissa no trabalho aqui exposto, a de que a teoria e a epistemologia da área estimulam uma determinada via de formação acadêmica, que se reflete nas práticas profissionais.

Além disso, houve uma mudança no sistema de produção mundial, que afeta diretamente o mundo do trabalho. Profissionais antes restritos, como os citados acima, a áreas de uso cultural e histórico passam a atuar também como prestadores de serviço, assim como diversos outros grupos profissionais. A necessidade constante de aperfeiçoamento profissional vem fazendo com que cursos de especialização, mestrado e mesmo doutorado, comecem a experimentar de perto as especificidades das outras áreas e incorporá-las ao seu fazer e ao seu “pacote” de serviços.

Ainda no processo de reflexão epistemológica, se apresentam propostas diversas, ora afirmando aquelas fronteiras bem delimitadas no passado, ora propondo uma união de todas essas competências em um único tipo de profissional. Para auxiliar na consolidação no mercado de trabalho, as associações e conselhos procuram o reconhecimento tentando garantir o lugar de seus profissionais.



Desta forma, aqui interessa demonstrar e discutir pontos, muitas vezes contraditórios, do desenvolvimento de todas essas transformações. A concentração destas discussões se dará aqui em torno da classificação ou relação da Arquivística enquanto Ciência da Informação (CI), bem como uma reflexão a respeito da consequência dessas vinculações na delimitação da profissão de arquivista.

### **1.1 Problema de Pesquisa**

O problema de pesquisa levantado pode ser resumido nas seguintes linhas:

- a relação entre a arquivologia e a Ciência da Informação trará consequências para a formação e atuação profissional do arquivista?

### **1.2 Justificativa**

É sabido que uma disciplina se consolida através da pesquisa, da produção e da constante discussão e rediscussão de teorias e paradigmas. Quando se percebe o movimento e possibilidades de reconhecimento maior, como é o caso da Arquivologia e suas relações com a Ciência da Informação, cabe analisar e pensar os benefícios e possibilidades, promissoras ou não, desses vínculos.

A Ciência da Informação é uma das áreas de conhecimento delimitadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). A tabela de áreas de conhecimento delimita as áreas de produção dos profissionais, portanto, afeta o que é produzido nas universidades. A Arquivologia está incluída nessa área de conhecimento. Levantar as relações entre a CI e a Arquivologia é fundamental para que essa conexão não se dê somente em nível institucional, mas que aproveite as vantagens epistemológicas que podem ocorrer.

Os impactos epistemológicos dessa relação podem influenciar na formação e definição do perfil do profissional. Esta possibilidade deve ser investigada e seus impactos medidos, já que afeta o espaço social e as possibilidades de trabalhos dos profissionais da informação.

### 1.3 Objetivos

A pesquisa em questão pretendeu alcançar os seguintes objetivos:

#### 1.3.1 Geral

- analisar a relação da Arquivística com a Ciência da Informação e suas consequências para o perfil do profissional arquivista.

#### 1.3.2 Específicos

- realizar levantamento bibliográfico sobre o tema.
- identificar correntes teóricas na Arquivística.
- relacionar teorias com a questão da consolidação da profissão de arquivista.

#### 1.3.3 Opções terminológicas e apresentação do texto

Optou-se aqui por não fazer distinção entre os termos Arquivística ou Arquivologia. Entende-se aqui que a preocupação com tal diferenciação se deve ao fato da busca por enquadramento na classificação disciplinar científica da modernidade, em que o reconhecimento como área do conhecimento se dá por sua maior vinculação com a parte intelectual do que a técnica. Assume-se que todo trabalho pode carregar conhecimento técnico e intelectual, por isso, não se fará considerações a respeito da técnica ou “ciência”, apenas talvez quando historicamente referenciada.

No capítulo “Metodologia” apresenta-se a classificação do tipo de pesquisa, bem como sua ideia motivadora. Apresenta-se o método de escolha das fontes utilizadas e escolhas feitas para a aceitação de resultados.

O capítulo 3, “Ciência da Informação” apresenta um panorama da história da área e do termo, mostra alguns de seus problemas. Fala também do uso do termo no Brasil e faz considerações sobre as consequências de determinadas interpretações sobre a CI, já que existe uma demarcação institucional que conduz e demarca as possibilidades de pesquisa pública no país, afetando a produção intelectual e as relações entre áreas disciplinares.

No capítulo 4, “Arquivística” está um histórico da área, citando a contribuição canadense que seria uma das últimas evoluções da disciplina, em sentido teórico.

O capítulo 5, “Correntes teóricas e tipos de profissional” apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica, relacionando as linhas teóricas com a forma de profissional que defendem ou que é inferida. Fazem-se ainda considerações sobre as relações encontradas e aponta-se problemas que podem ser levantados por essas relações quando se leva em conta a atuação política de associações de classe.

O último capítulo procura retomar os objetivos propostos para avaliar seu sucesso e faz propostas de estudos adicionais para confirmar ou descartar as correlações encontradas entre Arquivologia, Ciência da Informação e consequências na definição do perfil profissional.

## 2 METODOLOGIA

Do ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa pode ser classificada como básica e sua forma de abordagem é qualitativa. Trata-se de uma pesquisa exploratória com procedimentos técnicos bibliográficos. Tal classificação baseia-se no exposto por Silva e Menezes (2001).

A proposta inicial tinha como procedimento adicional de levantamento de dados a realização de entrevistas junto a profissionais arquivistas envolvidos com associações profissionais. As entrevistas não puderam ser realizadas em tempo hábil. O roteiro foi enviado a cinco profissionais, tendo como resposta por escrito os resultados de duas pessoas. Estes dados foram desconsiderados. Para descartar estes dados foram levadas em conta considerações levantadas no decurso da pesquisa bibliográfica, que levou à conclusão da pesquisadora a refletir sobre as próprias questões do roteiro de entrevistas. As perguntas teriam que ser modificadas para atingir os objetivos propostos no trabalho. Como esta decisão resultou da reflexividade do processo, mesmo a aplicação de um pré-teste do questionário não teria sido suficiente. Por isso, as questões levantadas serão sugeridas como propostas para novos estudos ao final do trabalho.

A busca da bibliografia analisada baseou-se em um argumento exposto por Fonseca (2005). No livro “Arquivologia e Ciência da Informação”, resultado de sua tese de doutorado. A autora se propôs a analisar se uma nova forma de olhar e pensar os objetos primários da disciplina estaria identificada com os programas de pós-graduação em Ciência da Informação (CI) no Brasil. A questão colocada pela pesquisa é pertinente, pois segundo a autora, o pensamento hegemônico da área arquivística não incluiria a informação como objeto privilegiado da Arquivística, justamente aquilo que faz a relação com a Ciência da Informação.

Fonseca (2005) coloca que a informação aparece na literatura clássica da área como uma consequência do documento de arquivo, citando uma das mais influentes pensadoras da área, Antonia Heredia Herrera: “importa muito que não percamos de

vista a tríplice dimensão do objeto da arquivologia e sua ordem: arquivos – documentos de arquivo informação”. (HEREDIA HERRERA apud FONSECA, 2005)

A hipótese inicial da pesquisa aqui apresentada é de que as correntes teóricas, e aquilo que elas acreditam ter como objeto privilegiado, criariam consequências para a visão de profissional – se somente o arquivista ou um profissional da informação mais abrangente. Desta forma, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico que evidenciasse tais consequências.

Entende-se que os caminhos atuais de desenvolvimento da pesquisa da arquivologia aconteceu devido a sua inclusão dentro da área maior de CI (na tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por exemplo), mas a primeira vista isto se daria por uma vinculação institucional apenas. Isto se refere ao que Fonseca chamou de uma possível “interdisciplinaridade conjuntural” estabelecida como meio de “sobrevivência acadêmica”. A integração entre as áreas tradicionalmente definidas como documentais e a Ciência da Informação tem de fato se dado dentro da instituição acadêmica no Brasil. Mas ainda pode haver incongruências teóricas. Assim, os dados bibliográficos são apresentados através de capítulos temáticos, em que a argumentação e possibilidades de afirmação ou falseamento das hipóteses vão sendo apresentadas.

### 3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para apresentar esta definição e história da Ciência da Informação, inicia-se citando Fonseca (2005). Ela fez esta exposição ressaltando sua origem histórica, principais conceituações da disciplina e objetos e suas relações interdisciplinares constitutivas.

#### 3.1 “*Born in the USA*”

Shera e Cleveland apud Fonseca (2005) fazem uma cronologia com o que acreditam ser os principais momentos do desenvolvimento da Ciência da Informação. O marco histórico da criação da disciplina seria o encontro de Paul Otlet e Henry La Fontaine em Bruxelas, na Bélgica, no ano de 1892, em que lançam as bases para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), com o propósito de estabelecer a compilação internacional da bibliografia registrada. O IIB passa a chamar-se a partir de 1931 de Instituto Internacional de Documentação (IID) e em 1938 Federação Internacional de Documentação (FID). Nesse momento é apresentada uma definição a respeito do próprio termo documentação: “reunião, classificação e distribuição de documentos de todos os tipos, em todos os campos da atividade humana” (SHERA e CLEVELAND apud FONSECA, 2005, p. 15)

Continuando a pontuação histórica de Shera e Cleveland (Fonseca, 2005) citam-se os anos 1930 pela marca do interesse na microfotografia e microfilmagem e suas

possibilidades (inclusive da possível substituição dos livros convencionais). Cita-se também a criação do *Journal of Documentary Reproduction*, publicação da *American Library Association*, interessado nas questões relacionadas à reprodução documental. Já vemos aqui uma atenção maior dada às novas tecnologias (neste caso o filme e processos reprográficos) para o desenvolvimento das práticas de biblioteconomia e documentação.

Com a Segunda Guerra Mundial e seu reconhecido estímulo à tecnologia de forma ampla, a informação ganha destaque como recurso a valorizar e a ser melhor gerido. As agências governamentais norte americanas experimentaram técnicas de indexação em seus serviços de inteligência, incluindo o equipamento da IBM (*International Business Machines*, proprietária da máquina de Hollerith) baseado em cartões perfurados.

Com o fim da guerra, parte da *National Science Foundation* um relatório em que se afirmava a relevância da informação científica, da ciência da informação (já estão aqui utilizando o termo), e de políticas de suspensão de restrições ao acesso a tais informações, bem como do desenvolvimento de ferramentas bibliográficas.

Shera e Cleveland (Fonseca, 2005), assim como diversos autores, destacam que o período da Guerra Fria foi especialmente importante para o desenvolvimento da ciência da informação, pela explosão informacional causada na disputa entre os dois blocos em que o mundo estava dividido (pode-se citar como exemplo a corrida espacial). A informação precisava de meios rápidos e sofisticados para que pudesse ser utilizada como recurso econômico e político. Desta forma, desenvolvem-se cada vez mais mecanismos tecnológicos aplicados à documentação e à recuperação da informação.

Após os anos 1960 nos Estados Unidos, o interesse governamental pelas questões relacionadas à informação é incrementado e surgem sistemas nacionais de informação. Os autores citam a criação de organizações como a *Science Information Exchange*, o *National Referral Center* e o *Committee on Scientific and Technical Information*. Nesta ocasião o *American Documentation Institute* passa a chamar-se *American Society for Informations Science*, fato representativo da mudança de perspectivas da época.

Seguindo o percurso dos autores, a questão a partir de então não seria mais a de definir “documentação”, mas definir e interpretar “Ciência da Informação”:

Promove-se um grande esforço acadêmico visando: a) reconhecer a polissemia do termo informação e as diferentes características do fenômeno informacional; b) reconhecer e exercer a interdisciplinaridade da área; e c) perceber a real participação nas “tecnologias da informação” na área, repudiando a interpretação de “ciência da informação” como sinônimo de “informática”. (FONSECA, 2005, p. 18).

Parece não haver consenso, mas a definição elaborada na conferência realizada no *Georgia Institute of Technology* é tomada por muitos autores como uma das mais antigas. Fonseca (2005) afirma que esta ganhou aceitação básica, e que outras posteriores viriam a ser variações desta.

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios para processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O campo está relacionado com matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas. (SHERA E CLEVELAND apud FONSECA, 2005, p. 19).

Desta forma fica evidente a importância dos Estados Unidos no que se refere ao nascimento e desenvolvimento da CI. Como será visto no próximo capítulo, a Arquivística também sofreu uma mudança de perspectiva com influências naquele país.

### **3.2 Informação e seus problemas de conceituação**

O ponto mais problemático da Ciência da Informação é a dificuldade de definição do termo informação. Somente Fonseca (2005) apresenta uma síntese da categorização de Belkin, em que aponta dez conceitos diferentes para informação, bem como algumas das operacionalidades. Existem conceitos que operacionalizam teorias matemáticas e lógicas, bem como alguns que salientam a informação como parte do processo de comunicação.



Pode-se aqui falar dos debates a respeito do estatuto da CI enquanto ciência, já que seu objeto teria problemas de definição. Alguns autores se esforçam por categorizar a Ciência da Informação como disciplina científica (LE COADIC apud SILVA E RIBEIRO, 2002), outros tendem a vê-la não como ciência, mas como “saber humano e social” (QUEIRÓS apud SILVA E RIBEIRO, 2002). Silva e Ribeiro (2002) citam ainda a posição de Loureiro, em que a Ciência da Informação não seria social nem humana, mas diferente. E o criticam, de forma irônica, por “fazer passar a CI de uma ‘coisa indefinida’, que é agora, para ‘coisa nenhuma’ num futuro incerto” (SILVA E RIBEIRO p. 63). Mas na perspectiva deste trabalho, cabe citar a explanação de Silva e Ribeiro (2005) a respeito do que é informação e sua consequência para a definição de ciência da informação (na grafia original):

A Informação distingue-se, sem se separar, quer do conhecimento quer da comunicação, constituindo não uma substância indefinida e etérea, mas sim um fenômeno (humano e social) susceptível de ser conhecido cientificamente. Mais ainda: ela não se reduz, portanto, a um facto, a uma notícia ou a um qualquer dado do conhecimento, mas abarca impressões, emoções, sentimentos, desde que, obviamente, (dê)s codificados humana e socialmente. E é nesta globalidade e amplitude que ela se dá a conhecer e se constitui como objeto para uma *Ciência*. Dá-se a conhecer ou pode vir a ser desvendada no seu âmago, ou seja, nas suas propriedades. O estudo metódico desse âmago legitima a existência de uma (não de várias) *Ciência da Informação* centrada nas propriedades do objeto/fenômeno e do processo em que o fenômeno se transforma quando ocorrem situações marcadas pela dinâmica sócio comunicacional. (SILVA E RIBEIRO, 2005, p. 43).

Ressalta-se que em todos os momentos do debate e da instituição da Ciência da Informação a interdisciplinaridade sempre se colocou como constituinte fundamental de sua epistemologia. Masson (2006) chama a atenção para o fato de que a abordagem de Silva e Ribeiro deslocarem a ‘interdisciplinaridade’ para ‘transdisciplinaridade’<sup>1</sup>, cenário:

(...) no qual a Arquivística é convocada para construir uma Ciência da Informação unitária, envolvendo-se e misturando-se e até fundindo-se com a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, de forma a que a Ciência da Informação, sem perder sua interessante vocação interdisciplinar no campo das Ciências Sociais, consiga afirmar-se teórica e,

---

<sup>1</sup> Transdisciplinaridade é aqui entendida como colocada por Pombo (2003), diferenciando dos conceitos de pluri e interdisciplinaridade: pluridisciplinaridade (paralelismo, coordenação); interdisciplinaridade (perspectivismo, convergência, combinação); transdisciplinaridade (holismo, unificação, fusão).

academicamente, como uma ciência com identidade própria, dentro do paradigma das ciências pós-modernas. (MASSON, 2006, p. 89).

Masson (2006) coloca que o paradigma das ciências pós-modernas referido por Silva e Ribeiro (2002) é aquele que não desmonta totalmente a concepção de cientificidade, mas conserva quesitos para que o conhecimento seja considerado científico (sistematicidade, verificabilidade, revisibilidade e controle da subjetividade). Na verdade, é exatamente esta a proposta dos autores portugueses: trazer aquelas ciências documentais, de práticas acumuladas de forma empírica, bases para que estas contribuam para criar conhecimento científico. E se coadunam com o pensamento de Boaventura de Souza Santos (apud SILVA E RIBEIRO, 2002): a ciência moderna foi construída contra o senso comum. A crise da modernidade trouxe o questionamento desse saber como superior ou mais real, talvez reconsiderando que o que o senso comum tem de enriquecedor quando dialogado com o conhecimento científico.

Silva e Ribeiro (2002) propõem que o objeto a ser tratado pela ciência da informação seria então a informação humana e social. Esclarecimentos a respeito da interpretação deste objeto pela arquivística serão feitos mais a frente. Por enquanto, pode-se passar a analisar a situação da CI como conhecida no Brasil.

### **3.3 Ciência da Informação no Brasil**

Pode-se entender um pouco da história da ciência da informação no Brasil através da análise da história da documentação no País. Esta é a hipótese confirmada por Ortega (2009). A autora rastreia as influências teóricas da documentação “otletiana” europeia e da posterior adesão dos teóricos à perspectiva americana de ciência da informação e encontra um contínuo entre a ideia de Documentação e CI. Uma das conclusões da autora é:

Se especialmente na França as distinções entre Biblioteconomia e Documentação são claras, no Brasil esta dicotomia é vaga, assim como a dicotomia que se seguiu, a da Biblioteconomia versus Ciência da Informação (ORTEGA, 2009, p.).

A área de CI foi criada no Brasil como pós-graduação, sendo que o primeiro mestrado instituído no Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). O IBICT, anteriormente chamado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), ao modificar seu nome demonstra a transição entre Documentação e a Ciência da Informação dos americanos. Como vários cursos de Biblioteconomia também carregavam a Documentação como título para seus profissionais no Brasil, a troca de nome pode ter sido não reflexiva. Tal hipótese parece confirmar-se em outros textos. O artigo denominado “O discurso sobre a educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: caminhos teóricos metodológicos para a compreensão”, de Souza (apud CUNHA E SOUZA, 2006) cita a mudança curricular dentro de um mesmo curso, com conhecimentos relativos à Biblioteconomia, logo à de Ciência da Informação, com os conteúdos da Documentação ainda em transição.

Em muitos casos a CI parece ser o “novo nome” da Biblioteconomia e da Documentação simplesmente. Isto fica evidente, por exemplo, nos textos da publicação organizada por Valentim (2000). A Ciência da Informação é colocada como área integradora dos profissionais da informação, mas no primeiro capítulo, “cientista da informação” é um dos mais de oitenta nomes que o autor coletou entre sugestões teóricas para substituir o título de ‘bibliotecário’. A observação dos nomes é interessante, porque mostra a preocupação em superar a relação direta do senso comum de bibliotecário (biblioteca – livro), superação que nem sempre se verifica mesmo com o novo nome nas práticas profissionais.

A Ciência da Informação, como entendida aqui, não é o simples desenvolvimento da Biblioteconomia. CI também não seria somente acrescentar tecnologia às técnicas biblioteconômicas já existentes. Certamente a CI influenciou a Biblioteconomia a refletir sobre seu objeto muito mais cedo do que o fez na Arquivística. Entretanto, tomar o nome e continuar com o paradigma anterior que não envolve a informação como objeto seria apenas como trocar o rótulo de um produto sem alterar seu conteúdo.

Souza (apud CUNHA E SOUZA, 2006) afirma que haveria uma representação coletiva (no sentido amplo, sociológico) no âmbito da Biblioteconomia, por parte de seus profissionais, de que aquela se assentaria em saberes mais estáveis (técnicas). Os profissionais acabariam incorporando novas tecnologias, mas não mudariam sua

racionalidade, bem como o resultado final, que seria sempre o de descrever suportes de informação e conteúdo. O autor afirma que isso acaba refletido na modelagem de currículos e nas grades de ensino para a formação de bibliotecários. Pode-se inferir que o problema da Biblioteconomia talvez não seja o de não focar na informação como seu objeto, mas o de fixar apenas uma das funções – a de descrição, sem considerar os fluxos da informação.

Se a Ciência da Informação fosse Biblioteconomia, a integração dos campos representados pela primeira estaria logicamente comprometida.

### **3.4 Integração de campos dentro da CI**

Nesta subseção pretende-se resumir os pontos sobre CI até aqui discutidos por meio de uma citação de Ribeiro (2005):

A adoção do singular para a C. I. significa, justamente, a afirmação de uma área científica, com identidade e unidade do ponto de vista epistemológico. Recusamos a ideia perfilhada por outros de que a C. I é uma interdisciplina, pois essa visão retira-lhe a espessura científica e converte-a numa espécie de “ferramenta” operativa, valorizando sobretudo a componente tecnicista. Recusamos o termo no plural, que muitos adoptam porque entendem que há várias ciências da informação, designadamente a Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação. Recusamos, ainda, a distinção conceptual entre as áreas da Informação e da Documentação, porque a segunda só pode existir como “diferença específica” da primeira e não como algo distinto e diverso. Assumimos, pois, a C. I., no singular, como área científica una, que engloba componentes aplicadas (disciplinas como a Biblioteconomia, a Arquivística, a Gestão da Informação ou a Informática de Gestão / Sistemas Tecnológicos de Informação), todas elas centradas sobre um mesmo objecto de estudo e de trabalho – a Informação –, contextualizado em sistemas, serviços e ambientes orgânicos diversos e plurais. (RIBEIRO, 2005, p. 22).

Cabe ainda refletir outras questões a respeito da integração dos campos: a complexidade da realidade sócio-cultural e institucional que nos rodeia.

Araújo (2010), pensando no recente fomento à criação de novos cursos universitários no Brasil pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), discute elementos relacionados à integração dos campos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia no âmbito da CI. O autor

apresenta o histórico desses campos e busca identificar elementos comuns para potencializar a integração, bem como tenta localizar as especificidades que devem ser mantidas. Cita Silva (1998) como referencial apoiador destas políticas de integração e ainda outras linhas que careceriam de análise mais aprofundada em outro momento ou trabalho (abordagem hermenêutica, estudos em “análise de domínio”, perspectiva crítica e cultural da informação e perspectiva realista-dialética da informação).

A preocupação de Araújo (2010) é claramente institucional: conseguir criar um tronco comum de disciplinas e atividades acadêmicas. Sabe-se que as pessoas não são influenciados apenas por princípios teóricos de forma isolada. As pessoas estão imersas em realidades sociais, políticas e culturais que influenciam em suas escolhas e relações. A integração dos campos pode ser instituída por necessidades outras que a lógica teórica. Ou seja, a área de CI poderá estar sendo considerada área abrangente para aquilo que se costumava chamar de ciências documentais por questões de economia de recursos e aproveitamento da rede disciplinar já existente para ampliação das universidades.

A estrutura estabelecida na ciência também pode ser explicativa dessas configurações. Como dito por Pombo

A ciência é hoje uma enorme organização dividida internamente por inúmeras comunidades de pares, cada uma com os seus congressos, as suas revistas, as suas bibliotecas, os seus territórios, os seus espaços institucionais, etc. Essas comunidades constituem agregados competitivos que lutam por apoios, subsídios, financiamentos, bolsesiros, novos equipamentos, etc. Já não se trata de os cientistas viverem de costas voltadas uns contra os outros, como dizia Wiener, de desconhecem o que estão a fazer os seus colegas “três portas abaixo no corredor”. Trata-se agora de competir naquilo que deveria ser de todos. (POMBO apud LARA e SMIT, 2010, p. 33)

Esta lógica institucional também contribuiria para impedir a relação entre a área de Sistemas de Informação e a de CI. Silva e Ribeiro (2002) também comentam a respeito da diferenciação de nível entre especialistas em tecnologias de apoio a Sistemas de Informação e os profissionais de Serviços de Informação (bibliotecas/serviços de documentação/informação e arquivos). Tal assimetria, segundo eles, pelas questões de método e estatuto profissional tal como representados socialmente: teoria e método nos primeiros, empirismo acrítico nos segundos.

Pode-se ainda acrescentar à ideia da lógica institucional e à sobrevalorização da área tecnológica a reflexão sobre a universidade feita por Buarque (2000) referindo-se à crise que esta instituição enfrenta. Um dos pontos que este autor comenta é o da departamentalização universitária criar muros nas categorias científicas, que funcionaria bem quando isolados, mas tendem a dificultar a compreensão dos problemas reais, que são multidisciplinares. No caso da Universidade Federal de Santa Maria (que tem dez centros de ensino) o curso de Sistemas de Informação está vinculado ao Centro de Tecnologia, enquanto Arquivologia se vincula ao Centro de Ciências Sociais e Humanas. Isto cria, no caso de nossa reflexão a respeito do tratamento da informação, um impedimento de confrontar a realidade multidisciplinar, já que a relação entre os pesquisadores e alunos fica distanciada pela estrutura organizacional. Este é um caso de aplicação das considerações de Buarque (2000), que logicamente não se aplica somente ao caso da área aqui discutida, mas leva em conta todo o desenvolvimento histórico das universidades em todo o mundo.

Percebe-se que há questões ainda por definir no que tange ao nome CI no Brasil. Há casos em que as escolas ou departamentos assumem o nome de “Ciência da Informação”, mas mantêm os cursos disciplinarmente separados, e mesmo teoricamente definidos, no paradigma anterior. Para se ter uma ideia da diversidade da possibilidade de uso do nome “Ciência da Informação”, na própria UFSM existiu um departamento assim chamado, do período de 1973 a 1997, que atendia os cursos de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade, até modificar seu nome para Departamento de Ciências da Comunicação. O departamento que atende ao curso de Arquivologia na UFSM por sua vez tem a mesma designação de quando foi criado, em 1978 – Departamento de Documentação. Este dado nos remete à Documentação, que em tese seria uma outra disciplina, com objetivos e métodos diferentes da Arquivologia. Supõe-se que esta denominação tenha tido como base apenas considerações institucionais, em que o nome não remete necessariamente ao conteúdo, assim como ocorreu e ocorre com a Ciência da Informação (ver, por exemplo, o *site* da Universidade Federal de Minas Gerais – Arquivologia – com a profissão descrita baseada nos documentos e não na informação).

O paradigma da informação é o único que as faz poder estar sob o mesmo guarda-chuva institucional de forma lógica. Acredita-se que a única forma de justificar essa vinculação seria assumindo os pressupostos de CI de Silva e Ribeiro (2002) já apresentados.

## **4 ARQUIVÍSTICA**

Nesse capítulo é apresentado um breve histórico da Arquivística, não tanto com a intenção de legitimar seu espaço na sociedade, mas com o intuito de compreender seus objetos e objetivos.

### **4.1 Saber antigo, disciplina moderna**

Ribeiro (2011) afirma que praticamente desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime (período aristocrático estamental, anterior aos ideais republicanos) os sistemas de arquivo teriam evoluído de maneira natural, acompanhando as necessidades de seus produtores. Chama a atenção para o fato de a história dos arquivos confundir-se com a da própria escrita. Mas seria somente na transição do Mundo Antigo para a Idade Média que a noção de arquivo teria sido cristalizada e vulgarizada. É na Idade Média que se institui a importância dos registros para a administração. No século VII, já na época moderna começam a aparecer diversos manuais, com normas escritas para o trabalho nos arquivos. Com o movimento iluminista, o posteriormente chamado valor secundário dos documentos passa a ser enfatizado.

A autora supracitada coloca como relevante neste contexto a Revolução Francesa, por ocorrer uma mudança estrutural com implicações político-ideológicas, institucionais e político-administrativas. Neste momento começam a haver incorporações das massas documentais a arquivos centralizados, levando a reclassificações e a grande confusão. Os arquivos que disponibilizavam os serviços de pesquisa estavam afastados das organizações produtoras. É neste período que a Arquivística está posta enquanto ciência auxiliar da história.



Assim como outros autores, Ribeiro (2002) cita o Manual Holandês como o início de um novo período, em que as técnicas e teorias da Arquivística irão se afastar da historiografia. Sobre ele, Fonseca (2005) afirma ser marco fundador da codificação da disciplina arquivística, pois nele já poderiam ser analisadas características de configuração da área. Com a análise dessas características, a autora identifica alguns pontos que usa para desenvolver sua descrição histórica do campo: inserção da Arquivologia à episteme da modernidade, consequente importância das instituições arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública eficiente, a subordinação da disciplina em relação a seu objeto (arquivo ↔ Arquivologia) e a tradição manualística.

Quanto ao primeiro ponto, Fonseca (2005) afirma que a codificação enquanto disciplina é consequência do “conjunto de relações” que uniram as “práticas discursivas” da modernidade (ela usa o conceito foucaultiano de episteme). A modernidade foi marcada pelos signos da eficácia e autonomia, o que explica bem o segundo ponto da argumentação da autora, a respeito da relevância das instituições arquivísticas para o Estado, fazendo os arquivos parte da burocracia necessária para seu funcionamento e consolidação, embora pensados como legitimadores de atos e feitos (históricos).

É com os estados nacionais que surgem as instituições de arquivo, responsáveis pelo recolhimento, preservação e acesso aos documentos gerados pela administração pública. Fonseca (2005) demonstra que conceitos básicos da Arquivística, como por exemplo, o princípio de proveniência, foram desenvolvidos nessa fase. Inferimos que é daí também que se relega a forte ligação com os documentos de arquivo como objeto, estando a informação em si quase que subsumida: se ela estava no arquivo é porque era importante, criada e guardada pelo estado. Não havia espaço para considerá-la em si mesma. Este seria o papel dos usuários. Daí a reflexão sobre o terceiro ponto de Fonseca, a subordinação da disciplina com relação a seu objeto, estando compreendido o conceito de arquivo, estaria também compreendida a Arquivologia.

Os próximos movimentos teriam se dado já no sec. XX, com as questões a respeito da eliminação de documentos e a preocupação com a gestão documental. Destaca-se então o nome de Schellenberg (2006), que introduz as ideias de valor

primário e secundário aos documentos. A partir deste teórico, acontece uma interessante divisão entre aqueles que tratam de documentos: os *archivists* (documentos históricos) e os *records management* (gerindo documentos ativos). Esta cisão cria mais do que categorias profissionais distintas, gera a diferenciação entre Arquivologia e Gestão de Documentos.

Fonseca (2005) atenta para o fato de que as duas rupturas que acabaram constituindo e consolidando a área resultaram de documentos administrativos: uma instrução de serviço para o princípio de proveniência e um grupo de artefatos burocráticos (recomendações de uma comissão administrativa, regimento de uma nova agência governamental e uma lei) para a Gestão de Documentos nos Estados Unidos. Ela relaciona esse aspecto com a análise de Jardim (apud Fonseca, 2005) sobre a Arquivologia como inscrita no quadro de “escritas” e “saberes” do Estado. E acredita que isto seja fundamental para o reconhecimento da disciplina arquivística e suas possibilidades interdisciplinares. No ponto de vista deste trabalho, entende-se que tais possibilidades seriam aquelas em que a Arquivística desenvolveu no paradigma moderno.

A última característica que acabaria configurando a área da arquivística citada por Fonseca (2005) seria a tradição manualística. Além dos clássicos manuais que continuavam a ser reimpressos [Holandeses, Schelleberg (EUA), Jenkison (Inglaterra) e Casanova (Itália)], os anos de 1980 foram marcados por uma nova série de publicações. O Conselho Internacional de Arquivos, através de sua Seção de Formação Profissional, realizou um estudo sobre a literatura arquivística chamado *Records and Archives Management Program* (RAMP) com o objetivo de chegar a um conjunto de manuais e livros-texto que representassem a base da disciplina arquivística, através de consultas feitas em diversos países. O material de interesse comum seria publicado para uso didático em nível internacional. Segundo o estudo do RAMP, 25% das publicações analisadas tratavam-se de manuais. Entretanto podem-se perceber as limitações que esse tipo de publicação apresenta. Os manuais se apresentam de forma temática, são parciais no que se refere a especificidades nacionais e condensam em um mesmo nível, conteúdos de interesse diverso dependendo do público que vai utilizá-

los (técnico ou superior). Tais publicações não são suficientes para o desenvolvimento teórico de uma disciplina.

Como visto, a Arquivística desenvolveu-se a partir da configuração do estado moderno, tendo como bases princípios que partiram das necessidades administrativas. Quanto a esse panorama, Ribeiro (2002a) afirma que:

Não obstante o acentuado tecnicismo que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, se tem verificado na Arquivística, as preocupações de índole teórica não tem estado totalmente ausentes e, a partir dos anos 70, estão patentes em escritos vários, provenientes dos mais diversos países. Em França, Cario Laroche (1971) e Michel Duchein (1977) são dois nomes a referir em matéria de teorização; nos Estados Unidos da América, a polémica em torno da cientificidade da Arquivística teve expressão na revista *The American Archivist* durante os anos 80; no Canadá, nas duas últimas décadas, tem havido uma significativa produção de literatura de carácter teórico, quer de através de compilações de estudos, quer de obras individuais; o próprio C.I.A., no 9º Congresso Internacional (Londres, 1980), através do relatório de Arié Arad, foi palco de discussões sobre o carácter científico da atividade arquivística. Desde a Itália à Espanha e à Grã-Bretanha, passando pela Austrália e pela América Latina, assistimos um pouco por todo mundo a uma proliferação de escritos de Arquivística, em que mais ou menos enfatizadamente se discutem questões de carácter teórico, sintoma da mudança de paradigma que está em curso para a disciplina. (RIBEIRO, 2002, p. 100).

Embora a Arquivística tenha tido por muito tempo um carácter de simples acumulação de práticas, é evidente que a reflexão teórica fez com que se percebesse a amplitude e as novas possibilidades de suas aplicações. A citação acima mostra como em diversos países a reflexão teórica se manifestou. Em seguida, trataremos da contribuição canadense.

## **4.2 Arquivística Canadense**

Uma atenção especial a uma das contribuições de teorização à Arquivística precisa ser dada. Ela refere-se aos estudiosos canadenses. Toma-se aqui o texto de Rousseau e Couture (1998). Na introdução de “Os fundamentos da disciplina arquivística” os autores afirmam que tem em conta o “novo contexto das ciências da informação” e apresentam suas definições principais: a visão integrada dos arquivos, sua perspectiva de objeto e sua concepção de Arquivística:

Assim, os arquivistas são apresentados como os profissionais da gestão de arquivos; sendo os arquivos definidos como o conjunto dos documentos, pouco importando sua idade, o tipo de suporte (incluindo os magnéticos e informáticos) ou o seu valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho), que contem informação orgânica, isto é elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão de uma pessoa física ou moral. Quanto à arquivística, esta é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos; tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 24).

Fica evidente a proposta de superar a antiga separação entre arquivos de valor primário (*records management*) e secundário (históricos). Reconhecem que o que caracteriza todo tipo de arquivo é a informação, mas insistem constantemente na idéia de registro. Por isso, o foco permanece sendo o documento. Logo, entendemos que mesmo revolucionando de alguma forma o conhecimento acumulado, esta perspectiva não se filia com a Ciência da Informação que se descreve aqui. Esta teoria faria inter-relação entre o que antes seria compreendido como ciências documentais.

O destaque para esta teoria é devido ao alcance e relevância no contexto brasileiro. O conceito de gestão de documentos trazida por esta corrente contribuiu para a construção da legislação nacional de arquivos. São também estes teóricos que incentivam o desenvolvimento científico da disciplina. Entretanto, como vimos, está claramente colocada a intencionalidade de “afirmar a disciplina”. No próximo capítulo pretende-se analisar suas consequências para o que se toma como profissional arquivista.

## 5 CORRENTES TEÓRICAS E TIPOS DE PROFISSIONAL

Neste capítulo pretende-se mostrar como as concepções de objeto da Arquivística geram consequência direta para sua concepção do profissional que irá dar conta desse objeto.

### 5.1 Identidade e sujeitos definidos

Bellotto (2004) é uma das autoras mais conceituadas na produção de literatura arquivística no Brasil. A autora coloca em seu livro *Arquivos Permanentes: tratamento documental* algumas considerações sobre a postura profissional do arquivista.

A própria titulação do livro nos remete a idéia de que o tratamento dado a arquivos permanentes é diferenciado. Seu conceito de base é o documento, a partir do qual Bellotto faz as diferenciações e categorizações. A forma/função pelo qual o documento é criado é a que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro, e conseqüentemente, seus espaços (arquivo, biblioteca, centro de documentação).

Quando comenta a respeito do arquivista na sociedade contemporânea, a autora explicita a eminente necessidade do arquivista “assenhorar-se” das novas tecnologias de informação para o eficiente desempenho de seu trabalho. Mas coloca que embora haja necessidade de diálogo entre as áreas, o arquivista deveria assumir sua identidade de modo claro e consistente. Para isso, ele deve conhecer nitidamente os contornos e fronteiras, de modo a não confundir com outra a sua ocupação. Cita de forma apressada a necessidade de harmonização curricular com as áreas da ciência da informação apenas como sinal do despreparo dos profissionais frente a novas necessidades da sociedade. A inclusão da pesquisa é considerada como um recurso essencial para o desenvolvimento de conhecimentos científicos para *impor sua própria imagem profissional* (grifo nosso).

Embora coloque como desafio para os arquivistas a atuação na chamada gestão de informação estratégica, isto é, atuar desde a criação da informação, ela deixa claro:

Outro não é papel do arquivista na sociedade contemporânea senão o de colaborar estreitamente para que os fluxos informacionais na sua área de ação possam se dar plena e o mais satisfatória possível, dentro dessa sociedade, toda ela beneficiária de seus arquivos e dos arquivistas (BELLOTTO, 2004 p. 306).

As considerações feitas por Paes (2002) nos interessam aqui por suas definições iniciais a respeito de arquivos e bibliotecas. Ela usa a distinção feita por Shellemborg, que conclui que as bibliotecas tratam de documentos individuais e os arquivos de conjuntos de documentos. A partir daí desenvolve toda a metodologia de tratamento a esse conjunto de documentos.

Esta posição nos interessa pontuar porque já inicia definindo espaços claros para a arquivística enquanto método. Embora não haja uma menção direta de que tipo de profissional irá aplicar esses métodos. Paes apresenta o tipo de manual de que qualquer individuo pode servir-se para compreender e utilizar a Arquivística. Percebe-se aqui as limitações manualísticas citadas por Fonseca (2005).

Rousseau e Couture (1998), na introdução do livro *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*, resgatam a premissa que apresentaram em um outro livro, *“Les archives au XX siècle”*, e que já foi citado. Relembramos aqui parte da citação: “os arquivistas são apresentados como os profissionais da gestão de arquivos” (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 24).

Rousseau e Couture (1998) colocam que a abordagem em questão procura favorecer a realização do papel social do arquivista, maximizar a eficiência de seus serviços e permitir a convergência de “pontos de concertação” (tradução para o português de Portugal) com outros técnicos das ciências da informação.

Apesar da contribuição sem precedentes a respeito da informação orgânica, os autores estão interessados na constituição da disciplina com um sujeito bem definido, inclusive propondo um tipo específico de formação. Observa-se o impacto das idéias de Rousseau e Couture na reformulação de planos de ensino dos cursos de arquivologia nos últimos anos no Brasil, principalmente no que se refere a suas sugestões a respeito de prática de estágios, fortalecimento de associações profissionais com estímulo à

participação desde a academia e a inclusão da pesquisa como ponto revolucionário para a criação de novos conhecimentos e práticas arquivísticas.

## 5.2 O profissional completo

Silva e Ribeiro (2002), opondo-se aos modelos formativos tradicionais existentes, propõem a anulação das separações, através da integração da formação acadêmica de profissionais não simplesmente híbridos (palavra que remete quase a uma contaminação), mas maduro e completo. Assim haveria uma unidade da ciência da informação, e eles vinculam diretamente a emergência de um novo profissional da informação derivada da emergência de um novo paradigma da concepção de objeto e práticas. A simbiose entre os profissionais da informação seria um resultado óbvio, coerente conseqüente da perspectiva sistêmica e unitária, baseada na percepção de esses profissionais se enlaçam pelo mesmo denominador comum – o fenômeno/processo de Informação nos mais diversos setores da atividade humana e social.

O novo paradigma, considerado pelos autores como incontornável, compreende as características a seguir:

- valorização da informação (fenômeno/processo humano e social), residindo nela e não no suporte (material externo ao sujeito) a sua própria historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural;
- afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao imobilismo documental, traduzindo-se aquele no trinômio criação – seleção natural – acesso/uso e o segundo na antinomia efemeridade – permanência/conservação;
- impossibilidade de manter a compartimentação documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de arquivo, serviço de biblioteca e sistema informático/software de computador ‘monoposto’ ou em rede), porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade);
- necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de

procedimentos só aparentemente “assépticos” ou “objetivos” de criação, classificação, ordenação e recuperação;  
 -alteração do atual quadro teórico-funcional, em que quase só pontificaram as práticas metodológicas e os interesses “clientelares” da História, do Direito, e da Ciência da Administração, para uma postura diferente no universo dinâmico das ciências sociais (todas as ciências do homem e da sociedade), referencia indispensável para a compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos novos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e  
 -substituição da lógica instrumental patente das expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação” pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e assim sendo as práticas/procedimentos informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas, como se exige, por exemplo, a um sociólogo das organizações, e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas. (SILVA E RIBEIRO, 2002, p. 154-155).

Pode-se citar outras proposições que admitem a integração, mas que não vão longe de forma lógica. Este parece ser o caso dos artigos analisados a seguir.

Com relação à limitação do profissional a espaços institucionais a ser superada, colocada por Silva e Ribeiro no terceiro item da citação apresentada acima, tem-se a contribuição de Smit (2000). Em coletânea já citada organizada por Valentim (2000), Smit defende algo de comum entre o que ela chama de “três irmãs” (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) seria a prestação de serviços de informação, mas que na situação prática, divide-se pelos tipos de documentos que tratam. A autora reconhece que a mudança de paradigma do documento para a informação, que teria dado espaço para a Ciência da Informação como continuidade da Documentação, muitas vezes é apenas nominal, podendo ser identificado um continuísmo paradigmático, o qual já foi discutido citando o caso da Biblioteconomia.

Smit (2000) defende a ideia da união de competências para um profissional da informação. As clássicas divisões entre profissionais, segundo ela, teriam se dado a partir dos espaços em que atuavam. A desvinculação entre profissional e espaços seria fundamental, porque permitiria que os primeiros se afirmassem por suas competências, pelo seu conhecimento e não por sua instrumentação, o que seria especialmente interessante. A visibilidade social seria maior, o que é muito desejável frente às mudanças do mercado de trabalho. Além disso, a construção do conhecimento na área



de Ciência da Informação seria incrementada, porque um profissional que se afirma por seus conhecimentos supõe a existência de uma ativa produção de conceitos, teorias, que contribuem para os progressos tanto em plano intelectual quanto prático. Embora a autora reconheça que a coerência de chamar as áreas de irmãs se assenta na informação, parece conformar-se com a prática efetiva, a de permanência no paradigma anterior. Tanto que a proposta fica dúbia: o profissional da informação deve desvincular-se dos espaços institucionais, mas isso não significa que qualquer profissional possa exercer qualquer (uma?) atividade dentro das instituições.

Outra proposta encontrada na pesquisa bibliográfica é a de Marchiori e Pacheco (1997). Para elas, existiria um campo composto de profissões/ocupações que trabalhariam com informação. Tal campo não preveria monopólios, e desta forma, bibliotecários e arquivistas compartilhariam o mesmo núcleo, que seria a prestação de serviços de informação. Possuiriam objetivos comuns e seus serviços difeririam apenas no tipo de informação possuída pelo cliente, o que demandaria a operacionalização de modelos diferenciados. As autoras então sugerem uma associação do tipo “guarda-chuva”, que acolhesse todo tipo de profissional da informação, de forma similar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

Para dar base a seus argumentos, as autoras apresentam o conceito de “setor da informação” ou “campo de atividades da informação”: “composto de profissões/ocupações nos quais pessoas devotam o seu tempo e direcionam grande parte do seu trabalho para registrar, processar, armazenar, pesquisar, disseminar ou comunicar informações” (MARCHIORI e PACHECO, 1997, p. 56).

Nesta proposição as universidades e instituições formadoras dos profissionais têm o papel de legitimadoras do monopólio de competências necessário para conquistar e garantir os privilégios atente a sua profissão:

o campo de atividades de informação, dadas as suas características, não prevê monopólios distintos, deixando espaço para uma concorrência aberta em que os agentes legitimados devem ser cada vez mais competentes, flexíveis, criativos polivalentes. (MARCHIORI e PACHECO, 1997, p. 56).

No artigo, as autoras citam o estudo sobre a estratificação e o mercado de trabalho do setor informativo norte-americano de Kling. Este dividiu os trabalhos com informação em cinco estratos: profissões; semi profissões; pessoal de supervisão e

vendas; pessoal ligado a serviços de escritório; operários encarregados de máquinas de processamento de informações. O resultado torna-se curioso como mostra o excerto abaixo:

O fato é que, embora fragmentadas em seus corpos teóricos e alocados em tipologias nem sempre consistentes, pode-se dizer que os jornalistas, editores, tradutores, pesquisadores de marketing e de mercado, publicitários, arquivistas, museólogos, historiadores, bibliotecários, informativos e consultores em geral, compartilham do mesmo “core” ou “estrato/núcleo” profissional, caracterizado pela prestação de serviços de informação, cujas atividades não são conflitantes, mas intercomplementares, embora possam superpor-se em função das necessidades de mercado (JUCQUOIS-DELPIERRE apud MARCHIORI e PACHECO, 1997, P. 56).

Tal artigo parece colocar questões interessantes a esse problema de pesquisa. Entretanto, cabe levar em conta algumas considerações.

O fato de propor a unificação da associação de profissionais em si não se apresenta necessariamente sem bases. Mas deve-se pensar na época da publicação do artigo – os anos 1990, em que a ideologia e políticas neoliberais estavam atuando no Brasil. As autoras nem mesmo tentam fazer um paralelo entre as profissões que citam e sua correlação no Brasil. Parece quererem copiar a fórmula apressadamente, antes que o mercado engula a todos.

Outra questão é própria delimitação do campo dos serviços de informação e das profissões nele colocadas. Sob o prisma de teorias como a da sociedade da informação, ou do conhecimento, ou ainda se quisermos outros conceitos, como pós fordismo, sociedade pós-industrial, etc., todas tomam como característica a possibilidade cada vez maior (até a obrigatoriedade) de todos os cidadãos utilizarem a informação como matéria prima do trabalho. Na verdade, observando o artigo de Marchiori e Pacheco (1997) depois de quase 15 anos, pode-se inferir que o campo de serviços a que elas se referem trata-se na verdade de profissões que usariam Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Portanto, se jornalistas, editores, tradutores, pesquisadores de marketing e de mercado fazem parte do setor de informação, dentro dessas perspectivas teóricas já citadas, médicos e entregadores de pizza também fariam, uma vez que o uso de tais tecnologias se tornou comum a todos.

É preciso algum tipo de lógica que justifique a integração, e como já foi dito, a proposta sistêmica parece oferecer essa lógica de forma consistente.

### **5.3 Considerações sobre o profissionalismo**

Afirmar um objeto diferenciado requer um profissional com características diferenciadas, isto é fato notório. Mas é interessante analisar que as colocações de objeto da arquivística claramente tentam criar barreiras com outras disciplinas, para desta forma, garantir reconhecimento ao arquivista.

Tal interpretação é coerente com a idéia de profissionalismo. Embora o conceito de profissão não encontre uma unidade, Cunha (apud CUNHA E SOUZA, 2006) aceita como princípios fundamentais para defini-lo o monopólio do conhecimento, a autonomia profissional e a orientação de serviço. Em seu exame das tendências atuais das mudanças nos campos profissionais, a autora identifica duas correntes principais: uma que advoga o rumo da desprofissionalização e outra que defende que as profissões estão sendo cada vez mais valorizadas.

Embora o objetivo de Cunha (2006) seja posicionar-se a respeito do futuro do profissionalismo com relação a seu fortalecimento ou enfraquecimento, este enfoque **nos** lembra que a defesa do monopólio do conhecimento é essencial para a manutenção das vantagens associadas a uma profissão. As tentativas de integração da Arquivística com a Ciência da Informação teriam de passar pelas barricadas criadas para o exercício profissional.

## **5 INTEGRAÇÃO PELA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E CONSEQUENCIAS PROFISSIONAIS**

Pode-se agora retomar brevemente algumas ideias colocadas no trabalho. A primeira delas é com relação à Ciência da Informação e sua própria base epistemológica. Assim como a Arquivística, a CI também enfrenta a problemática do reconhecimento, uma vez que trata-se de conhecimento acumulado e utilizado muito recentemente na história humana. Também apresenta paradigmas diferenciados, derivados de diversas influências. Por isso, é relevante compreender quando se fala em integração das áreas, a que Ciência da Informação estão referindo.

A respeito da Arquivística, a partir de sua história, vinculada com o Estado e sua possibilidade de integração embasada no paradigma novo, percebe-se que suas revisões teóricas se deram por necessidades novas, o que é comum à ciência. Mas todo novo paradigma pode ameaçar antigas cristalizações. Aqui focaliza-se uma delas somente, que é a consequência para a formação e a própria identificação do profissional que atende por sua prática.

### **5.4 Invasão dos nossos galhos?**

A metáfora da árvore com seus galhos é colocada por Smit (apud VALENTIM, 2000, p. 120) para mostrar a ideia de que a Arquivística, Biblioteconomia e Museologia seriam ciências irmãs, galhos diferentes com um tronco comum. E a autora acaba por colocar o problema da invasão dos galhos por outros macacos.

Os defensores da Arquivística enquanto campo autônomo que necessita de um profissional específico para nele atuar, poderia pensar as propostas de integração entre as áreas como invasão de seu espaço disciplinar e profissional, uma vez que as atribuições do arquivista estão definidas em lei, e esta é uma colocação que merece atenção.

Quando revisou-se aqui o percurso histórico da Arquivística, é flagrante que seu desenvolvimento não foi exatamente científico no sentido moderno. Houve sim, a organização do *corpus* e um saber. O fato de a disciplina ter no Brasil se difundido através das universidades nos dá a impressão de que sua lógica interna é coerente. Mas percebemos que o conhecimento foi primeiramente desenvolvido como saber e depois codificado e transformado em disciplina. Não há nada errado com isso. Mas essa informação dá amparo para entender sua constante mudança, inclusive na organização e instrumentalização do conhecimento.

Uma vez que o conhecimento arquivístico foi codificado, uma estrutura que contém as instituições formadoras, associações profissionais e Estado se formou. Em torno dela buscou-se, por um lado, o reconhecimento científico (na academia) e, por outro, o reconhecimento social (pelos profissionais). Grandes ganhos foram conseguidos para a área, e, portanto é normal que haja resistência a aceitar ideias que ameçam a estrutura constituída.

Ao analisar o contexto da Arquivística como área disciplinar acadêmica no Brasil hoje, pode-se observar que a integração dela à Ciência da Informação já vem ocorrendo em diversos departamentos. Entende-se que existem perspectivas teóricas com argumentos fortes e consistentes que apoiam esta integração, como o defendido aqui por Silva e Ribeiro (2002). Mas na prática esta não é a vinculação defendida pela maior parte dos profissionais arquivistas.

A utilização da corrente que define o objeto da Arquivística como o documento de arquivo ou de informação orgânica registrada procura isolar seu objeto para delimitar o profissional que nele atua. Esta é uma opção válida a tomar politicamente, mas cientificamente não é justificável. Não há dogma na ciência e as proposições sempre podem ser discutidas.

Assim, chega-se a um ponto em que pode-se fazer novas escolhas epistemológicas de forma consciente. Cabe lembrar que ações institucionais podem fazer valer a imposição da integração das áreas antes tidas como documentais dentro da CI, mas de forma artificial. Tem-se portanto, a possibilidade da construção de um novo tipo de profissional, mais adequado às novas configurações sociais. Mas não será somente a universidade que formará este profissional. Além delas, temos o Estado, as

associações profissionais e os indivíduos em constante movimento. Tal movimento é impossível de ser previsto: não sabemos qual o grau de impacto que a integração traria efetivamente. As escolas poderiam integrar as áreas embora os profissionais continuassem se organizando de forma separada.

A integração traria perdas e ganhos. O reconhecimento da disciplina como autônoma pode perder-se, mas sua aplicação na sociedade parece que teria maior abrangência, uma vez que com os espaços de trabalho ampliados o profissional poderia utilizar os conhecimentos de forma ampla.

## CONCLUSÃO

Ao retomar o problema de pesquisa, pode-se afirmar que existe uma relação entre a relação da Arquivística e a Ciência da Informação, que se tomada seriamente influiria da formação e identificação do profissional arquivista. Com a reformulação do objeto da Arquivística para aquele proposto pelos portugueses, que é o de informação social, as áreas poderiam se fundir e arquivistas, bibliotecários, documentalistas, profissionais de sistemas de informação poderiam atuar como um só.

Ao que parece, tal linha não seria aceita num primeiro momento, em função da forte necessidade de reconhecimento, que parece estar pela primeira vez muito bem organizado no Brasil, representado por entidades como as associações profissionais estaduais, comitativas que discutem a formação educacional em Arquivologia, e mesmo a realização da Conferencia Nacional de Arquivos, convocada para o final deste ano.

Entretanto verifica-se que as áreas estão sendo integradas, mesmo que institucionalmente na academia. O próprio curso para o qual desenvolveu-se esta pesquisa, formador de profissionais especialistas em Gestão em Arquivos admite profissionais formados em áreas afins, como Biblioteconomia e História.

Acredita-se que o objetivo geral foi cumprido, o de analisar a relação da Arquivística com a Ciência da Informação e suas consequências para o perfil do profissional arquivista. Isto foi possível através dos objetivos específicos: levantamento bibliográfico, identificação das correntes teóricas na Arquivística e da relação com a história das disciplinas.

Algumas questões ficam em aberto, com possibilidades de novas investigações. Uma delas seria o levantamento do número de escolas que aderiram ou estão em vias de integração entre as áreas, bem como suas justificativas. Outra proposta seria o do levantamento via entrevistas abertas e análise de conteúdo dos discursos dos profissionais e acadêmicos com relação a esta proposta de integração, que neste trabalho revelou-se paralelo, mas que tem potencial de verificabilidade daquilo que foi afirmado aqui.

Como experiência pessoal de pesquisa este trabalho se mostrou instigante, reconhecendo que o assunto é controverso e ainda pouco discutido. Assumir o risco de colocar a própria área de atuação profissional em cheque foi um desafio à medida que as conclusões tomaram forma. Entretanto, o conhecimento científico, embora não superior a outras formas (religioso, sendo comum, etc.) é o único que permite o debate constante, bem como sua própria revisão. E foi este o referencial desta pesquisa.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Inf.Inf.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jan./jun. 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CUNHA, Maria Vieira; SOUZA, Francisco das Chagas (Org.). **Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da ciência da informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LARA, Marilda Lopes; SMIT, Johanna Wilhelmina. (Org.). **Temas de pesquisa em ciência da informação no Brasil**. São Paulo: ECA, 2010.

MARCHIORI, Patrícia Z.; PACHECO Márcia R. L. Integração dos profissionais de informação: futuro em sinergia. **Inf.Inf.**, Londrina, v.2, n.2, p.55-58, jul./dez. 1997.

MASSON, Silvia Mendes. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação: uma proposta de Silva e Ribeiro. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 85-103, jan./jun. 2006.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da documentação: subsídios para a compreensão da história da ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE E HUMANISMO**; Universidade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de 12 a 14 de novembro de 2003. Disponível em <<http://www.humanismolatino.online.pt>>.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, 1Série, v. 1, p. 97 – 110, 2002.

RIBEIRO, Fernanda. Desfazer equívocos: ciência ou ciências da informação? **Newsletter n. 1 do Blogue A Informação**. 2005 P. 22. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/58927075/Newsletter-n-%C2%BA-1-do-blogue-A-Infomacao>. Acesso em 01 set. 2011.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Antonio Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação – ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Antônio Malheiro da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VALENTIM, Marta Pomim (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.